

**ATA**

Aos dezanove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e doze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva - e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----**-----INTERVENÇÕES-----**

1 – Vereador José Manuel Antunes – Fez uma intervenção sobre o Vitória Sport Clube, dizendo que o momento difícil que o Clube atravessa deve ser analisado pelo Executivo, perguntando se o Presidente da Câmara tinha uma opinião sobre a posição que o Município deveria assumir no caso de o modelo de gestão evoluir para a criação de uma SAD. **2 – Vereador José Manuel Torcato Ribeiro** – Na sequência da renovação urbanística verificada no centro da cidade, defendeu que o Executivo deveria privilegiar a requalificação das Ruas Val Donas, Dr. Bento Cardoso, Camões, D. João I e Caldeiroa, referindo o mau estado da pavimentação daquelas artérias. **3 – Presidente da Câmara – a)** - Relativamente à intervenção do Vereador José Manuel Torcato Ribeiro informou que os investimentos estavam condicionados pelas restrições orçamentais, dizendo que as intervenções nas referidas ruas serão feitas quando for possível. Acrescentou que a

Autarquia estava no momento empenhada na requalificação da Rua Francisco Agra, acrescentando que a intervenção vai implicar a eliminação de lugares de estacionamento automóvel, estando a ser estudada uma solução para o estacionamento, através de um Protocolo a celebrar com os Missionários Redentoristas; **b)** - Sobre a intervenção do Vereador José Manuel Antunes, disse que não poderia dar a sua opinião uma vez que seria, certamente, confundida com aquela que será a posição do Município. Recordou que a posição do Município terá sempre de passar por uma reflexão no âmbito dos respectivos órgãos municipais. **4 – Vereador Amadeu Portilha – a)** – Distribuiu pelos Vereadores o Livro “Doçaria Tradicional Vimaranesa”, integrado no projeto de Conservação e Valorização da Doçaria Tradicional do Concelho de Guimarães, submetido sob a forma de candidatura ao PRODER (Programa de Desenvolvimento Rural, Tipologia 3.2.1 – Conservação e Valorização do Património Rural); **b)** – Deu conhecimento do novo Mapa de Guimarães, bem como do guia dos restaurantes da cidade, concebidos a pensar nos visitantes que assistirão à abertura da Capital Europeia da Cultura 2012; **c)** - Informou que já tinham sido distribuídos dois milhões de desdobráveis promocionais de Guimarães pelas empresas que aceitaram o desafio lançado pela Câmara Municipal de Guimarães.

-----**DELIBERAÇÕES**-----

Foi aceite, por unanimidade, votar, antes da ordem do dia, a seguinte proposta: -----

VOTO DE PESAR - MORTE DE D. MANUEL FRAGA IRIBARNE –

Presente a seguinte proposta: “Foi com profundo pesar que tomámos conhecimento do falecimento de Don Manuel Fraga Iribarne, figura maior da vida política e social da Galiza e de Espanha, cuja entrega à causa pública marcará um tempo e a



História contemporânea. Em mais de sessenta anos de dedicação à intervenção política, em diversos cargos, Don Manuel Fraga Iribarne deu um contributo inestimável para a consolidação da democracia em Espanha e na Europa e para a aproximação e estreitamento das relações entre a Galiza e o Norte de Portugal. Homem de visão e político arguto, Don Manuel Fraga Iribarne foi um amigo de Guimarães, tendo tido uma influência decisiva e quase permanente no estreitamento das relações sociais e culturais entre no noroeste peninsular, com particular incidência na nossa cidade, que tanto acarinhou, designadamente ao longo do processo de adesão de Guimarães à Associação Transfronteiriça "Eixo Atlântico". Em nome do Município, dos Vimaraneses e em meu nome pessoal apresento as minhas sentidas condolências".

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Votou contra o Vereador José Manuel Torcato Ribeiro. -----

-----**INFORMAÇÕES**-----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** - O Presidente da Câmara deu a conhecer desenhos de Francisco Goulão sobre Guimarães Capital Europeia da Cultura 2012; **2** – Deu informações sobre os convites entregues aos Vereadores respeitantes à cerimónia de inauguração da CEC 2012, no dia 21 de Janeiro, bem como sobre o convite para o dia 22 de Janeiro; **3** – Deu informações sobre toda a logística preparada para receber os visitantes e convidados para o dia de abertura da CEC 2012, designadamente ao nível do trânsito, parques de estacionamento e restauração; **4** - Do abaixo-assinado entregue por alunos da Escola Secundária Francisco de Holanda, que leu em voz alta, contra o fim do passe escolar 4_18; **5** – Disse ter enviado ao Ministro da Saúde um ofício manifestando a sua preocupação quanto à situação de rutura que se poderá verificar nas urgências

do Centro Hospitalar do Alto Ave, se for reduzido o horário de funcionamento dos Centros de Saúde do concelho. Disse, ainda, ter alertado neste ofício para o facto de o serviço de urgência do Centro Hospitalar do Alto Ave ter uma capacidade de resposta reduzida, atendendo à dimensão da área geográfica que serve. ---

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1 - Do ofício de Santos Carvalho & Associados, SROC, SA, remetendo, para conhecimento, informação financeira semestral da CASFIG, EEM, nos termos dos artigos 34.º e 28.º, alínea e) da Lei n.º 54-F/2006, de 29 de Dezembro, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas; **2** – Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 16 de Dezembro de 2011, que adjudicou a aquisição de serviços de Seguro de Acidentes de Trabalho para o Triénio 2012/2014 ao concorrente “Companhia de Seguros Açoreana S.A.”, pelo preço contratual de €377.093,34, isento de IVA; **3** – Da seguinte informação da diretora do Departamento Financeiro: “Submete-se para aprovação superior, o caderno de encargos em anexo e a abertura do presente procedimento, nos seguintes termos: **Bem ou serviço:** Aquisição de serviços de comunicação móvel de voz, transmissão de dados via SMS, MMS, GPRS e/ou UMTS e de Banda Larga Móvel; **Preço base:** €192.000,00 + I.V.A. (23%); **Classificação económica:** 020209; **Procedimento:** Propõe-se a adoção do ajuste direto, ao abrigo do critério material previsto na alínea e), n.º 1, artigo 24.º, conjugado com o n.º 1, alínea f) do artigo 27.º do CCP, de acordo com o fundamentado na informação anexa, NIPG n.º 86957/11. **Entidade competente para adjudicar:** Município de Guimarães. **Fornecedores a consultar:** TMN, Telecomunicações Móveis Nacionais; Optimus Serviços de



Comunicação, S.A.; Vodafone Portugal, S.A. **Júri: Efetivos:**
Presidente – Anabela Moreira Lima, Diretora do Departamento Financeiro; **Vogais:** Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida, Chefe da Divisão Administrativa; Dalila Graça Sepúlveda Mesquita Freitas, Chefe da Divisão de Serviços Urbanos; **Vogais Suplentes:** Jorge Manuel Cristino, Adjunto de Vereador; Sónia Raquel Ferreira Gonçalves, Chefe da Divisão de Contratação Pública e Projetos Financeiros. Nas suas faltas e impedimentos a Presidente do Júri é substituída pela Vogal efetiva Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida. **Propõe-se que os esclarecimentos, as retificações de erros ou omissões e as prorrogações de prazos, sejam delegados no Júri do concurso”;** **4** – Da seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “**Usucapião - Escola EB1 de Pardelhas, freguesia de Brito** - Nos termos do disposto no nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, submete-se a conhecimento da Câmara o despacho de 10 de Janeiro de 2012 do Sr. Vereador Dr. Domingos Bragança que concordou com a aquisição, por usucapião, do imóvel situado na Rua José Aristão Marques Campos, da freguesia de Brito, destinado a estabelecimento escolar do 1º ciclo do ensino básico, não descrito na Conservatória do Registo Predial de Guimarães e inscrito na respetiva matriz urbana sob o artigo 1572, com o valor patrimonial de €146.143,45”; **5** – Da renúncia ao mandato na Câmara Municipal apresentada por António José Salgado Almeida, cidadão eleito pela lista da CDU (Coligação Democrática Unitária PCP-PEV); **6** - Da renúncia ao mandato na Câmara Municipal apresentada por Ana Amélia Mota Guimarães, cidadã eleita pela lista da CDU (Coligação Democrática Unitária PCP-PEV). -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 5 DE JANEIRO DE 2012. Absteve-se a Vereadora Luísa Maria Alves Oliveira, por não ter participado na reunião. Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. -----

VOTO DE CONGRATULAÇÃO – D. MANUEL MONTEIRO DE CASTRO – Presente a seguinte proposta: “O Papa Bento XVI anunciou para o próximo dia 18 de Fevereiro a designação como novo Cardeal do vimaranense D. Manuel Monteiro de Castro que foi, igualmente, nomeado responsável pela Penitenciária Apostólica, um dos três tribunais da Cúria Romana. Considerando a honra para Guimarães que representam estas consagrações, testemunho dos elevados méritos que a D. Manuel Monteiro de Castro, Medalha de Ouro da Cidade de Guimarães, são reconhecidos pela mais Alta Autoridade da Igreja, proponho que a Câmara Municipal vote a sua congratulação e a transmita a Sua Excelência”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ----

FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE PENSELO - ALARGAMENTO DO CEMITÉRIO – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “Em Junho de 2010, a Junta de Freguesia de Penselo informou esta Câmara da necessidade da ampliação do cemitério daquela freguesia, na sequência da verificação do limite máximo da capacidade do mesmo, solicitando o nosso apoio para a execução do respetivo estudo urbanístico e projeto de execução, assim como na negociação com o proprietário do terreno necessário ao seu alargamento. No âmbito do estudo urbanístico, foi identificado um terreno com uma área de 1152 m2, adjacente ao atual cemitério, propriedade da Fábrica



da Igreja Paroquial de Penselo, que reúne as condições necessárias, pelo que se iniciou o processo tendente à aquisição de forma amigável daquela parcela, o que permitiria um aumento de aproximadamente 50% do número de campas, relativamente ao existente atualmente. Contudo, dadas as inúmeras dificuldades no processo de aquisição, foi necessário encontrar uma solução alternativa, que consiste em executar uma obra de menor dimensão numa outra parcela de terreno pertencente ao domínio público, estimando-se o valor dos trabalhos em €52.920,99. Assim, tendo em conta a necessidade com caráter de urgência e o interesse público inerente, submete-se à aprovação do executivo camarário a celebração de um protocolo de atribuição de subsídio para a execução da obra de alargamento do cemitério de Penselo, propondo-se a atribuição de uma verba no valor de €52.920,99.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

URBANISMO – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL PARA A CONSTRUÇÃO DE UM ARMAZÉM DE APOIO À UNIDADE INDUSTRIAL "FÁBRICA DE TECIDOS DO CARVALHO, LDA.", SITUADO NA VILA DE LORDELO – Presente a seguinte informação do diretor do

Departamento de Projetos e Planeamento Urbanístico: "Na sequência do pedido de declaração de reconhecimento de interesse público municipal, solicitado pela empresa FÁBRICA DE TECIDOS DO CARVALHO, LDA, para a construção de um armazém de apoio à sua atividade em terreno classificado (pelo atual Plano Diretor Municipal) como reserva agrícola nacional e reserva ecológica nacional e da informação técnica emitida pelo Departamento de Projetos e Planeamento Urbanístico datada de 21 de Dezembro de 2011, com posterior despacho superior de 21 de Dezembro de 2011, julga-se que: 1. o pedido de emissão de

declaração de interesse público municipal solicitado reporta-se à construção de um armazém de apoio à atividade da empresa em causa que verifica nos últimos anos um incremento substancial, apresentando um “volume de negócios” para o mercado externo superior a nove milhões de euros; 2. a empresa em causa estima que o seu volume de negócio para o mercado externo atinja um valor superior a doze milhões de euros, representando um crescimento de aproximadamente de 30 % relativamente aos anos anteriores; 3. a mesma empresa apresenta um número de funcionários/colaboradores de cento e sessenta e cinco, o que revela forte impacto para a realidade social local e envolvente, registando o interesse (e apresentação de candidatura ao POPH) em promover a formação profissional dos seus recursos humanos; 4. do ponto de vista urbanístico, a construção (e intervenção) afigura-se passível de viabilização já que pressupõe a integração numa área territorial com construções similares na envolvente próxima e sujeitar-se aos regimes próprias das reservas agrícola e ecológica em presença; Assim, em função da realidade da empresa atrás descrita, e seu impacto na economia local, da solução urbanística que se afigura possível, entende-se propor o reconhecimento de interesse público municipal tal como solicitado pelo Requerente, devendo fixar-se como condicionantes a observar que a intervenção a realizar deverá sempre obedecer a critérios de qualidade ao nível urbanístico, arquitectónico e ambiental (que só o desenvolvimento do projeto nas suas fases subsequentes à presente permite avaliar); Face ao exposto, propõe-se a submissão do presente reconhecimento de interesse público municipal ao Órgão Executivo Competente (e, em caso de decisão positiva, à Assembleia Municipal). Em anexo, junta-se informação técnica do Departamento de Projetos e Planeamento



Urbanístico de 21 Dezembro de 2011, memória descritiva apresentada, plantas de localização e implantação pelo Requerente e que sustentam o presente documento”. Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.**

Votou contra o Vereador José Manuel Torcato Ribeiro.-----

PROTÓCOLOS – PROTÓCOLO DE COLABORAÇÃO – COOPERATIVA FRATERNA – Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Ação Social: “O Município de Guimarães em parceria com a Fraterna – Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social, C.I.P.R.L., tem vindo a assumir a responsabilidade de conceber um conjunto de programas vocacionados para fomentar a qualidade de vida da população através da realização de iniciativas para as crianças e jovens e para a população idosa. Em parceria com várias entidades do concelho, a Fraterna tem gerido o Banco Social, através do qual são concedidos apoios materiais e alimentos a famílias carenciadas. Paralelamente, os projetos de desenvolvimento e intervenção comunitária em curso nos Bairros da Atouguia e Gondar continuam a ser práticas bem sucedidas, procurando disponibilizar um conjunto de apoios e ações que concorrem para uma crescente integração social e profissional dos agregados ali residentes. Assim, considerando que a cooperação interinstitucional é uma forma privilegiada de atuação para a gestão integrada de recursos humanos e materiais e para o enriquecimento recíproco através da troca de experiências e partilha de conhecimentos, e nos termos da alínea b) do nº4, do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que reclama uma contratação objectiva que determine as

obrigações a assumir pelas partes, tal como o disposto no artigo 67º da mesma Lei, propõe-se a aprovação do Protocolo de Colaboração entre o Município de Guimarães e a Fraterna – Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social, C.I.P.R.L., que se anexa à presente proposta, e a transferência a título de subsídio do montante de €534.000,00 (quinhentos e trinta e quatro mil euros) para a Fraterna, previsto no Plano de Atividades e Orçamento para este ano de 2012”. A minuta do protocolo de colaboração dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Presidente da Câmara não participou na discussão e na votação da proposta.** -----

REGULAMENTOS - REGULAMENTO DAS FEIRAS RETALHISTAS DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES - APROVAÇÃO DO REGULAMENTO REFERENTE À FEIRA RETALHISTA DE MOREIRA DE CÓNEGOS – Presente a seguinte proposta: “A 21 de Abril de 2011, em Reunião de Câmara, foi aprovado o Regulamento das Feiras Retalhistas do Município de Guimarães, referentes às feiras de Selho S. Jorge, Caldelas, Brito, e S. Torcato por forma a cumprir o Decreto-Lei n.º 42/2008, de 10 de Março, que regulamenta o novo regime jurídico a que fica sujeita a atividade e os recintos de comércio a retalho não sedentário exercida por feirantes. Nesta conformidade e tendo em conta que a Feira de Moreira de Cónegos nessa data não reunia as condições que permitiam a aplicação do diploma que regulamenta esta atividade, foi efetuado um estudo conjunto para encontrar um local que permitisse a sua continuidade dentro das normas regulamentares. Assim, e com a mudança da Feira Retalhista de Moreira de Cónegos, prevista para 31 de Janeiro para um novo recinto, estão agora reunidas as condições para protocolar a



delegação de competência nessa Junta e aprovar o respetivo regulamento. Deste modo, submete-se à consideração superior a aprovação, pela Câmara Municipal, da minuta do protocolo de delegação de competências e do Regulamento das Feiras Retalhistas do Município de Guimarães referente à feira realizada na Freguesia de Moreira de Cónegos. Posteriormente submeter-se-á a aprovação pela Assembleia Municipal o referido Regulamento". A minuta do protocolo de delegação de competências e o Regulamento referente à feira retalhista realizada na Freguesia de Moreira de Cónegos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR O PROTOCOLO E SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL O REGULAMENTO.**

PATRIMÓNIO – INTEGRAÇÃO NA RESINORTE DE TERRENOS MUNICIPAIS – GONÇA – Presente a seguinte proposta: "Por deliberação da Câmara Municipal tomada em sua reunião de 12 de Maio de 2009, e sancionada pela Assembleia Municipal em sua sessão de 26 de Junho de 2009, o Município de Guimarães aprovou a sua adesão, através da Associação de Municípios do Vale do Ave, ao Sistema Multinacional de Triagem, Recolha, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos do Norte Central, que posteriormente veio a ser concessionado à sociedade RESINORTE – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., criada pelo Decreto-Lei n.º 235/2009, de 15 de Setembro. No seguimento da indicada adesão e do Contrato de Entrega e Receção de Resíduos Sólidos Urbanos e de Recolha Seletiva para Valorização, Tratamento e Destino Final, celebrado em 31 de Dezembro de 2009 celebrado com a Resinorte, torna-se fundamental estabelecer o acordo de integração no Sistema da RESINORTE de todas as infraestruturas municipais necessários ou

úteis ao bom funcionamento do Sistema que, mediante afetação, passam a integrá-lo, enquanto se mantiver tal necessidade ou utilidade. Tendo já sido transferidos para a Resinorte os equipamentos básicos constituídos por ecopontos, vidrões, embalões e papelões, mediante a entrega nos cofres do município do valor de €312.999,00, resta agora a integração dos terrenos afetos ao aterro sanitário de Gonça. Assim, os terrenos a integrar no Sistema da Resinorte são os seguintes: **Parcela 1:** Parcela de terreno com a área de 10.800 m², destinada a apoio ao aterro sanitário de Gonça, sita no Lugar de Lages do Grão, freguesia de Gonça, descrita na Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o n.º 256, e inscrita na respetiva matriz rústica sob o artigo 505º, tendo sido adquirida pelo Município em 26.03.1998 pelo valor de €32.322,10, identificada na planta anexa sob o n.º 1; **Parcela 2:** Parcela de terreno com a área de 26.530 m², destinada a aterro sanitário de Gonça, sita no Lugar de Vilarinho, freguesia de Gonça, descrita na Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o n.º 523, e inscrita na respetiva matriz urbana sob o artigo 523, tendo sido adquirida pelo Município em 24.09.2002 pelo valor de €132.650,00, identificada na planta anexa sob o n.º 2; Assim, para efeitos de atribuição do valor dos terrenos a integrar na Resinorte, foi solicitada uma avaliação a um perito da lista oficial, tendo atribuído os seguintes valores: Parcela 1: €50.000,00; Parcela 2: €185.000,00. Após notificação efetuada à Resinorte quanto aos valores propostos pela autarquia, aquela informa que está na disposição de assumir na íntegra o valor indicado para a **parcela 1**, sendo que para a **parcela 2** o valor apresentado deverá sofrer uma depreciação de 80% dada à atividade de aterro a que o terreno está sujeito, pelo que o valor contraproposto é de €37.000,00. Perante o exposto, solicitou-se



uma reanálise ao perito quanto ao valor apresentado pela Resinorte, tendo o perito informado que o terreno em causa de facto tem uma utilização exclusivamente destinada a aterro, não podendo ser explorado para fim diverso, considerando assim a contraproposta muito aceitável. Neste sentido, submete-se a aprovação da Câmara Municipal a integração na Resinorte das duas parcelas de terreno acima identificadas, melhor descritas no quadro que se segue, sendo que, como contrapartida dessa afetação, a Resinorte pagará diretamente ao Município o valor de €87.000,00, conforme minutas do Acordo de Integração e do Auto de Entrega, cujas cópias se anexam.-----

Terreno	Descrição Predial	Artigo Matricial	Área	Valor
Apoio ao Aterro de Gonça – Terreno 1	256/Gonça	505/Gonça	10.800 m ²	€50.000,00
Aterro de Gonça – Terreno 2	523/Gonça	523/Gonça	26.530 m ²	€37.000,00
Total				€87.000,00

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima. -----

PATRIMÓNIO – PLATAFORMA DAS ARTES - DESOCUPAÇÃO DE LOJA – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “Na sequência da execução das obras a decorrer no antigo Mercado Municipal, para construção do equipamento designado “Plataforma das Artes”, constatou-se que o estabelecimento denominado Café Vitória ocupa uma loja com entrada pelo interior do antigo Mercado, onde funciona uma zona destinada a restaurante, que se torna necessária para execução daquele projeto. Este estabelecimento, explorado por Dorlinda Couto Saldanha e irmão, António José Couto Gonçalves, está concessionado há vários anos, ainda ao abrigo do Regulamento do

Mercado Municipal de Guimarães, aprovado em reunião de Câmara de 16 de Dezembro de 1977 e em sessão da Assembleia Municipal de 25 de Julho de 1978. Este Regulamento previa, no art.º 2.º, que a ocupação das lojas era sempre onerosa, precária e condicionada pelas suas disposições, acentuando no art.º 9.º o carácter precário da ocupação, reforçando-o ao permitir que a Câmara possa mandar cessar a ocupação se estiverem em causa os interesses do Município, garantindo-se, contudo, aos adjudicatários o direito de permanência até 25 de Novembro de cada ano, quando a Câmara pretender a desocupação e o faça com a antecedência mínima de 60 dias. Solicitado parecer ao Sr. Dr. Luís Teixeira e Melo, foi por este entendido que a Câmara Municipal poderia ter que indemnizar os ocupantes das lojas do Mercado, caso procedesse à extinção da concessão do espaço ocupado, antes de Novembro de cada ano, sem a devida antecedência mínima de 60 dias. Atendendo a que os ocupantes têm direito a permanecer naquele espaço até Novembro de 2012 e não sendo tal prazo compatível com a execução da obra e a sua inauguração, obra emblemática da Capital Europeia da Cultura 2012, foi solicitada a um perito da lista oficial a determinação do valor indemnizatório para a extinção da ocupação da loja, com a função de restaurante, antes do prazo atrás referido, ou seja Novembro de 2012. Este perito determinou que o valor de €32.500,00 (trinta e dois mil e quinhentos euro) seria o valor aceitável, para a cessação de ocupação do espaço, tendo sido comunicado aos interessados a disponibilidade da autarquia para os indemnizar no valor acima indicado, tendo já manifestado a sua concordância com este valor. Nestes termos, deverá ser submetido a aprovação da Câmara Municipal o pagamento de uma indemnização no valor de €32.500,00 (trinta e dois mil e



quinhentos euro), pela desocupação da loja 1, lado Nascente, do antigo Mercado, ficando esta livre de pessoas e bens, para que as obras propostas se possam concretizar sem mais delongas”.

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima. -----

ENTIDADES PARTICIPADAS – COOPERATIVA ECO AVE, CIPRL - NOMEAÇÃO DA COMISSÃO LIQUIDATÁRIA –

Presente a seguinte proposta: “A Cooperativa Eco-Ave Sucatas, CIPRL comunicou à Câmara Municipal que a Assembleia Geral, em sessão de 29 de Dezembro de 2011, deliberou, por unanimidade, proceder à dissolução da Cooperativa, em conformidade com a decisão já tomada pelo Município, aprovada por deliberação da Assembleia Municipal de 29 de Abril de 2011 que sancionou a deliberação da Câmara Municipal de 7 do mesmo mês de Abril. Assim, nos termos dos artigos 48º, nº 1, alínea a) e 50º, ambos dos Estatutos da Cooperativa Eco-Ave, conjugado com o art.º 1123º Código do Processo Civil, compete ao Município de Guimarães requerer ao Juiz a liquidação judicial do seu património, assim como a nomeação da respectiva comissão liquidatária. Nesta conformidade, proponho: 1 – Que, nos termos do nº 1 do art.º 90º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a designação dos elementos constantes do ponto 2 da presente proposta seja votada no seu conjunto. 2 – Que sejam designados para integrar a Comissão Liquidatária os seguintes elementos: 2.1 – Amadeu Artur Matos Portilha, Vereador da Câmara Municipal de Guimarães e atual Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa Eco-Ave; 2.2 – Carlos Alberto Costa Caldas Ribeiro, atual Administrador da Cooperativa Eco-Ave; 2.3 – Sandra

Eduarda Gonçalves Ribeiro, que exerceu funções de Diretora Financeira na Cooperativa Eco-Ave. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR O PONTO 1. DELIBERADO, POR MAIORIA E ESCRUTINIO SECRETO, APROVAR O PONTO 2, com dez votos a favor e um voto em branco.** -----

CULTURA – FESTAS EM HONRA DE SANTO AMARO – FEIRA DO GADO – Presente a seguinte proposta: “As Festas de Santo Amaro, que incluem uma centenária Feira Franca e um Concurso de Gado Bovino, são uma iniciativa com fortes tradições e com grande frequência popular, que importa preservar. Considerando o significado da Feira de Santo Amaro, a primeira feira de gado do ano, que decorre sempre em 15 de Janeiro, e a atração que constitui na região, proponho que seja ratificado o meu despacho que atribuiu uma Taça com a denominação “Prémio Câmara Municipal de Guimarães” no concurso de gado bovino que decorrerá na referida Feira, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art.º 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – ATRIBUIÇÃO DE VERBA PARA PARTICIPAÇÃO NA AQUISIÇÃO DE TECNOLOGIA DE APOIO, NO ÂMBITO DA AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – Presente a seguinte informação: “Solicita-nos o Agrupamento de Escolas D. Afonso Henriques apoio na aquisição de uma lupa de mesa iluminada (5x) destinada ao aluno João Gabriel Silva, que se encontra matriculado na EB1 Cadoso S. Tiago e beneficia do escalão A da ASE, e ao qual foi diagnosticado, numa consulta de baixa visão, ambliopia profunda bilateral por cataratas congénitas. Considerando que: compete ao município, nos termos do disposto na alínea d), do ponto 1, do artigo 32º do Decreto-Lei nº55/2009,



de 2 de Março, compartilhar, no âmbito da ação social escolar, os alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente na aquisição de tecnologias de apoio, entendendo-se como tal os dispositivos facilitadores que se destinam a melhorar a funcionalidade e a reduzir a incapacidade do aluno, tendo como impacte permitir o desempenho de atividades e a participação nos domínios da aprendizagem e da vida profissional e social; os alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente têm direito, nos termos do da alínea d), do ponto 1, do artigo 13º do Despacho nº 18987/2009, de 17 de Agosto de 2009, e do anexo III do Despacho 12284/2011, de 19 de Setembro de 2011, que regulam as condições de aplicação das medidas de ação social escolar, a uma participação na aquisição das tecnologias de apoio até ao montante igual ao atribuído para o material escolar do mesmo nível de ensino, no escalão mais elevado, propõe-se a atribuição de uma verba no valor de €13,00 ao Agrupamento de Escolas de D. Afonso Henriques, destinada a compartilhar a aquisição da referida lupa. À consideração superior". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – JUNTA DE FREGUESIA DE RENDUFE – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: "A Junta de Freguesia de Rendufe solicitou a cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos alunos da EB1/J.I. da Igreja – Rendufe no passado dia 22 de Dezembro a um espaço de diversão infantil, sito na Urbanização das Quintãs, na cidade de Guimarães. Considerando que se tratou de uma atividade inserida no programa de ocupação de tempos livres Natal 2011, deferi pedido, o que coloco a ratificação da Câmara Municipal". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL – SUBSÍDIO MUNICIPAL AO ARRENDAMENTO
– PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE 56 CANDIDATURAS –**

Presente um ofício da CASFIG, Coordenação de Âmbito Social e Financeiro das Habitações do Município de Guimarães, EEM submetendo à Câmara Municipal uma proposta de aprovação de 56 candidaturas ao Subsídio Municipal ao Arrendamento, aprovada pelo Presidente do Conselho de Administração daquela empresa municipal, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL - CENTRO SOCIAL PADRE MANUEL JOAQUIM DE SOUSA – LAR DE IDOSOS – Presente a seguinte proposta:

“O Centro Social Padre Manuel Joaquim de Sousa, IPSS com sede nas Caldas das Taipas, registado com o nº 501501290/10 na Base de dados da Divisão de Ação Social, vai iniciar a construção de um Lar de Idosos, equipamento que servirá 55 utentes. Nos termos do Regulamento Municipal de Taxas e Encargos nas Operações Urbanísticas, terá aquela Instituição de proceder à liquidação de taxas no valor de €98.018,90, pelo que foi solicitado apoio municipal. Considerando a importância social do equipamento, o parecer da Divisão de Ação Social, e exemplos anteriores, proponho a atribuição de um subsídio de €49.009,45 (quarenta e nove mil e nove euros e quarenta e cinco cêntimos) ao Centro Social Manuel Joaquim de Sousa, correspondente a 50% dos encargos a satisfazer, a pagar após o levantamento da respectiva licença, ao abrigo do disposto no nº 2 do artigo 3º do Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social de Guimarães”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ----

AÇÃO SOCIAL – CENTRO PAROQUIAL DE MOREIRA DE CÓNEGOS – LAR DE IDOSOS – Presente a seguinte proposta: “O



Centro Paroquial de Moreira de Cónegos, IPSS, registado com o nº 50198388/10 na Base de dados da Divisão de Ação Social, vai iniciar a construção de um Lar de Idosos, equipamento que servirá 38 utentes, cujo investimento se elevará a €949.900,00 (novecentos e quarenta e nove mil e novecentos euros), participado em 50% pelo programa POPH. Nos termos do Regulamento Municipal de Taxas e Encargos nas Operações Urbanísticas, terá aquela Instituição de proceder à liquidação de taxas no valor de €60.239,42, pelo que foi solicitado apoio municipal. Considerando a importância social do equipamento, o parecer da Divisão de Ação Social, e exemplos anteriores, proponho a atribuição de um subsídio de €30.119,71 (trinta mil cento e dezanove euros e setenta e um cêntimos) ao Centro Paroquial de Moreira de Cónegos, correspondente a 50% dos encargos a satisfazer, a pagar após o levantamento da respetiva licença, ao abrigo do disposto no nº 2 do artigo 3º do Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social de Guimarães”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ----

AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – Presente uma informação da Divisão de Ação Social propondo a atribuição de um subsídio a um agregado familiar necessitado, nos termos da alínea c) do artigo 2.º – Capítulo I, do Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, de acordo com informação que se anexa. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 13 e na unidade económica 04.08.02. A referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – Presente uma informação da

Divisão de Ação Social propondo a atribuição de um subsídio a um agregado familiar necessitado, nos termos da alínea c) do artigo 2.º – Capítulo I, do Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, de acordo com informação que se anexa. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 13 e na unidade económica 04.08.02. A referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – Presente uma informação da Divisão de Ação Social propondo a atribuição de um subsídio a um agregado familiar necessitado, nos termos da alínea c) do artigo 2.º – Capítulo I, do Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, de acordo com informação que se anexa. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 13 e na unidade económica 04.08.02. A referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ACTA EM MINUTA. -----

PELAS ONZE HORAS E QUARENTA MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ACTA. -----